

Imprensa, urbanização e antropização do espaço: o Apeú nas páginas da *Gazeta do Interior* (1983)

Press, Urbanization and the Anthropization of Space: Apeú in the Pages of Gazeta do Interior (1983)

Matheus de Souza Oliveira 

Mestre em História Social da Amazônia
Universidade Federal do Pará, Brasil
matheussousa0712@gmail.com

Luciana Silva Sales 

Mestre em Diversidade Sociocultural
Universidade Federal do Pará, Brasil
sales_luciana@hotmail.com

Resumo

O artigo analisa a construção discursiva sobre a vila do Apeú (Castanhal/PA) a partir das matérias comemorativas publicadas pelo periódico *Gazeta do Interior*, no ano de 1983. Tomando o jornal como fonte principal, o estudo examina como a narrativa de progresso urbano contribuiu para a antropização do local, especialmente do rio Apeú, silenciando conflitos sociais e ambientais. Como resultado, observamos que o jornal difundiu uma concepção de desenvolvimento associada à expansão das atividades econômicas e à reorganização do espaço, atrelando esse processo a um passado histórico do Apeú enquanto núcleo colonial, ao mesmo tempo em que destacava novas formas urbanas de interação social e espacial no local, gerando novas maneiras de compreensão da vila enquanto espaço integrado ao seu município sede.

Palavras-chave: imprensa; urbanização; antropização; amazônia; Apeú.

Abstract

This article analyzes the discursive construction of the village of Apeú (Castanhal/PA) through commemorative articles published by the newspaper Gazeta do Interior in 1983. Using the newspaper as a primary source, the study examines how the narrative of urban progress contributed to the anthropization of the local landscape, specifically the Apeú River, while silencing social and environmental conflicts. The results indicate that the newspaper promoted a concept of development tied to economic expansion and spatial reorganization, linking this process to Apeú's historical past as a colonial core. Simultaneously, it highlighted new forms of urban social and spatial interaction, creating new forms of understanding the village as a space integrated into its host municipality.

Keywords: press; urbanization; anthropization; Amazon; Apeú.



<https://doi.org/10.28998/rchv17n33.2026.0004>

Artigo publicado sob a [Licença Creative Commons 4.0](#)

Submetido em: 16/02/2026

Aceito em: 03/07/2026

Publicado: 31/07/2026

e-Location: 20620

Introdução

Um dos primeiros núcleos coloniais da chamada zona bragantina (Égler, 1961), na região nordeste do Pará, se chamava *Apehú*, criado pela província do estado em 1883 com objetivo (dentre outros) de abastecer Belém por meio da Estrada de Ferro de Bragança (EFB). A EFB ansiava interligar geograficamente, sob diferentes interesses governamentais, econômicos, espaciais e sociais, a capital do estado à cidade de Bragança, sendo criadas assim várias colônias agrícolas ao longo da estrada (Lacerda, 2018).

A ferrovia só chegaria ao seu destino no ano de 1908, marcando a passagem do século XIX para o XX – período em que o Pará foi constantemente vislumbrado sob uma perspectiva de desenvolvimento econômico pautada na extração do látex, aliada, posteriormente, à nascente República e ao seu forte discurso de progresso e civilização, do qual a ferrovia seria um dos grandes ideários simbólicos e materiais (Hardman, 1988).

Em trabalhos que se tornaram clássicos da historiografia paraense, observa-se que o Apeú (como é redigido atualmente) foi analisado, sobretudo, em perspectiva atrelada à colonização estrangeira e nacional enquanto núcleo colonial da EFB, a exemplo das pesquisas de Palma Muniz (1916), Ernesto Cruz (1955) e Antonio Penteado (1967). Embora consideremos a importância desses estudos e a necessidade de observar as singularidades dos núcleos coloniais paraenses de maneira não uniforme aos anseios provinciais do período (Nunes, 2009; Santos, 2016), a ferrovia paraense e a transição entre os séculos XIX e XX não constituem o foco central deste artigo, pois correspondem a um período abordado por uma documentação inserida em contexto temporal posterior – essa, sim, a que nos interessa neste trabalho.

O Apeú que escolhemos analisar situa-se já na segunda metade do século XX, momento em que o Pará passou por processos mais específicos de transformação urbana, especialmente durante as intervenções da ditadura civil-militar no estado (Petit, 2003) e, posteriormente, nos anos de 1980, período marcado por maiores objetivos federais na integração do estado aos suportes geográficos e econômicos da capital nacional, agravando o processo de concentração de poder econômico nas mãos de poucos e o acúmulo das desigualdades sociais no Pará (Castro, 1989).

É nesse recorte temporal que a vila reaparece em um tipo específico de narrativa histórica: a da imprensa impressa local. A trajetória dos jornais paraenses é marcada por conflitos que podem ser analisados sob diferentes perspectivas. Sejam eles sociais, culturais e,

sobretudo, políticos, esses embates são carregados de narrativas ideológicas sobre o passado, o presente e o futuro dos locais que seus autores buscam apresentar aos leitores. Dos primeiros jornais que circularam no Pará no século XIX (Coelho, 1989), aos embates travados pela imprensa durante o golpe civil-militar de 1964 (Fontes, 2014) e à nova configuração política que atingiu também os periódicos na década de 1980 (Petit, 2022), a disputa por projetos políticos para o futuro do estado constitui uma tônica recorrente dessas linhas impressas.

Buscamos analisar uma determinada perspectiva historiográfica da vila do Apeú, no nordeste paraense, por meio das letras do periódico local do município de Castanhal, intitulado *Gazeta do Interior* (1978-1984). Em edição comemorativa ao suposto centenário da vila, em 1983, Carlos Alberto de Araújo Costa, diretor geral do jornal, produziu um texto voltado à compreensão das raízes históricas do Apeú, ao mesmo tempo em que articulava a narrativa a um discurso contemporâneo de intensa modificação urbana no espaço.

Do ponto de vista metodológico, o artigo não busca analisar a matéria jornalística de maneira isolada, mas sim ancorada em um contexto social que a produz e na sua construção linguística específica, não agindo assim como simples “espelho” da realidade (Zicman, 1985). Nesse segundo aspecto, buscamos traçar comparações com textos comemorativos de aniversário relacionados a outros municípios (publicados no mesmo jornal em contexto temporal próximo) que se assemelham à matéria voltada ao centenário do Apeú, demonstrando certos padrões textuais construídos nos jornais de Carlos Araújo para se referir a essas datas específicas.

A análise discursiva do jornal será também ancorada na consideração da imagem e da publicidade como produtos sociais inseridos em disputas simbólicas e políticas que circundam a produção do periódico, mas que se estruturam através de especificidades próprias do produto jornalístico (Cruz; Peixoto, 2007). Procuramos identificar as intencionalidades narrativas do periódico (Barros, 2023; Luca, 2008) no diálogo - por vezes conflituoso - entre município (Castanhal) e vila (Apeú), o primeiro visualizando o segundo como um lugar a ser integrado aos moldes de sua estrutura política e comercial vigentes na época.

Considerando o contexto social que produziu o jornal, além de sua análise interna, decidimos organizar o artigo em três tópicos interdependes: 1) descrição da criação, circulação e organização do periódico, destacando sociedade proprietária, público-alvo, linha ideológica, estruturas textuais de apresentação, tiragens e diálogos com cidades vizinhas, reconhecendo que algumas dessas informações ainda nos são desconhecidas; 2) breve contexto urbano de

Castanhal durante os anos de 1960 a 1980, sendo esse o município sede do jornal e influenciando-o diretamente em seu nascimento junto ao discurso defendido pela matéria específica a ser analisada; 3) análise interna da matéria comemorativa ao centenário do Apeú, dialogando com outras publicações jornalísticas, como citado anteriormente.

Partindo dessa perspectiva, a antropização¹ constitui importante categoria analítica deste estudo. Uma vez que não se trata apenas de identificar suas transformações materiais descritas pelo periódico, mas, sobretudo, de compreender como tais mudanças foram historicamente narradas e legitimadas pela imprensa local. A análise buscará observar de que maneira a *Gazeta do Interior* construiu representações sobre o Apeú associando-o aos ideais de progresso e desenvolvimento, contribuindo para produzir uma leitura da “(...) harmonia entre o ser humano e o meio” (Fernandes; Santos; Seruffo, 2024, p. 70). Portanto, a antropização será compreendida pelas modificações físicas e pelos significados atribuídos a essas transformações no interior do discurso jornalístico.

A urbanização moderna (especialmente a partir da segunda metade do século XX) configura uma de suas expressões mais intensas ao redefinir rios, matas e paisagens específicas em função de ideias de progresso e desenvolvimento. Desse modo, o rio Apeú não figura apenas como elemento geográfico, mas como parte de uma espacialidade socialmente produzida, cujos sentidos são constantemente reinterpretados, inclusive pela imprensa impressa local, fonte específica que se estrutura de modo próprio.

Esperamos, assim, contribuir com o debate acerca das transformações urbanas ocorridas nos municípios e vilas do nordeste paraense durante a segunda metade do século XX. De maneira mais específica, nosso olhar recai em como parte da imprensa interiorana do Pará – especificamente os periódicos – recebeu e produziu discursos voltados a essas modificações sociais e espaciais nas vilas que passavam a ser tornar cada vez mais semelhantes a pequenos municípios. Trata-se de uma temática ainda explorada de forma tímida nos trabalhos históricos

¹ Historicamente, o Apeú estabeleceu interações sociais não tão centralizadas à ferrovia, mas também ao rio de mesmo nome que banha a localidade, tendo sido navegado por povos indígenas e grupos estrangeiros muito antes da chegada dos trilhos ferroviários àquele espaço. Locais como o Apeú não constituem dados naturais imutáveis, mas resultam de processos históricos de transformação, carregando um conjunto de ações materiais e simbólicas por meio das quais a natureza é reorganizada segundo projetos de poder, técnicas e discursos específicos (Fernandes; Santos; Seruffo, 2024). É nesse sentido que empregamos, neste artigo, a noção de antropização, compreendida como um processo histórico de produção e reorganização do espaço que ultrapassa as alterações físicas da paisagem e envolve também a construção de significados sobre o território.

locais, uma vez que que grande parte das pesquisas privilegia as narrativas formuladas pelos jornais da capital paraense, em razão da maior facilidade de acesso a essas fontes.

Gazeta do Interior: criação, circulação e organização (1978-1983)

Apesar das transformações sociais e espaciais ocorridas ao longo do século XX, o Apeú não conquistou emancipação político-administrativa, permanecendo como distrito de Castanhal – município localizado a apenas 8 km de distância e onde, não por acaso, situava-se a sede da *Gazeta do Interior*. Fundado em 1978 por Carlos Alberto de Araújo Costa, o periódico possuía circulação quinzenal e cobria eventos políticos, sociais e culturais de Castanhal, além de abordar acontecimentos de outros municípios, como Tomé-Açu, Capanema, Americano, São Francisco, Inhangapi e Santa Izabel.

Carlos Araújo, diretor geral do jornal, construiu sua trajetória profissional na imprensa interiorana da segunda metade do século XX, tendo fundado os periódicos: *Jornal de Castanhal*, *Gazeta do Interior*, *Jornal do Interior* e *Jornal do Pará*, entre o final da década de 1970 e o início de 1980. Antes dos jornais, atuou no setor comercial de Castanhal chegando a ser publicitário e locutor de estabelecimentos. Interessado em temas históricos regionais, buscou também se enveredar na venda e produção de livros autorais como: *História de Santa Izabel do Pará* (1981), *Epopéia de um povo* (1980), *Castanhal: Sua história, sua gente* (1981) e *História do povo castanhalense* (1984), todas com menções ao processo de colonização do Apeú enquanto núcleo colonial da EFB e a sua interação histórica com o município de Castanhal.

Não possuímos informações exatas sobre a quantidade de exemplares que eram produzidos nas edições do jornal, porém, como sua circulação não era restrita ao município sede, abrangendo outros próximos (como os citados acima e até a capital do Pará), podemos supor que o número de tiragens era considerável para os padrões de um jornal interiorano. Em matéria publicada em janeiro de 1980, intitulada “GAZETA: um jornal por dentro”, o periódico expôs parte de sua estrutura interna, destacando o processo de produção das edições como a construção das redações, diagramação, composição, revisão, montagem, fotomecânica e impressão, citando uma numerosa equipe de trabalhadores envolvidos em todo o processo de preparação técnica do material.

Mapear seu público-alvo também não parece ser tarefa tão simples. Constantemente, o jornal cita que o motivo de sua criação e destinação é ao “povo de Castanhal” ou à “gente interiorana”, frases comuns encontradas em vários periódicos da época que pretendiam ser a “voz” de uma comunidade local². Nas edições da *Gazeta do Interior*, há parte significativa das principais lojas do setor comercial e industrial de Castanhal na seção de anúncios, demonstrando aproximações com a classe empresarial do município, sendo essa a principal forma econômica que mantinha o jornal de pé, mas que também influenciava, em certa medida, alguns aspectos discursivos de sua linha ideológica na defesa de interesses comerciais para o município e ao interior paraense. Desse modo, o jornal também não deixa de ser destinado a esse grupo social específico, dialogando assim com interesses econômicos para manter a sustentação do periódico durante os anos de sua existência.

Em encadernação dos jornais, feita pelo próprio Carlos Araujo em 1981 que reuniu boa parte das edições de seus periódicos publicados entre 1978 e 1980, o autor traz alguns detalhes sobre os seus materiais em texto introdutório, demonstrando uma visão pessimista do fazer jornalístico no interior do Pará devido à falta de incentivos econômicos para a subsistência do seu ofício, sendo, em suas palavras, “uma empreitada maldita” (Costa, 1981, p. 1). No texto, o jornalista também cita que os exemplares reunidos na encadernação “não poderiam ter sido editados sem o auxílio de muitos órgãos públicos e do comércio interiorano” (Costa, 1981, p. 1), demonstrando também o papel do poder público na produção dos jornais, mesmo sem citar especificamente quais órgãos eram esses.

Explicitamente, Carlos Araújo e boa parte dos autores que produziam os comentários políticos na *Gazeta do Interior*, através de várias matérias publicadas no jornal, demonstravam fortes simpatias à ditadura civil-militar no país, ocorrida nas décadas anteriores recentes, mas que ainda reverberava seus diversos aspectos estruturais no Brasil. “Ditadura”, inclusive, é um termo que não aparece na *Gazeta do Interior* para se referir ao governo militar, sendo utilizado frases como “regime” e, principalmente, “governo revolucionário”. Há possibilidade desse aspecto ideológico do periódico ter influenciado na construção de sua matéria comemorativa à vila do Apeú em sua forte defesa de políticas urbanas que visualizavam a vila em constante objetivo de integração comercial e geográfica ao município de Castanhal.

² Seu preço, por exemplo, variava entre dez e quinze cruzeiros nos anos iniciais de nascimento em 1978 a 1980, um preço considerado acessível a classe trabalhadora castanhalense na época. Em 1982 a 1983, os preços sofrem um aumento, chegando a um padrão de cinquenta cruzeiros, havendo também edições especiais de até trezentos cruzeiros devido aos diversos problemas financeiros que o jornal passava na época e a própria alteração drástica da inflação no país.

Apesar do jornal destinar parte considerável das edições a aspectos políticos-governamentais do município, estado e do país³, ele se estruturava com certa pluralidade de temáticas em sua organização textual, possuindo comentários culturais e artigos de opinião, divulgações comerciais na estrutura urbana de Castanhal e municípios vizinhos, seções esportivas e religiosas, anúncios publicitários, colunas voltadas a vida cultural de Castanhal e arredores (festas noturnas, aniversariantes do mês, ações de graça, carnavaís, divulgações dos filmes em exibição nos cinemas e apresentações artísticas), charges políticas, espaços dedicados ao universo feminino (como a “coluna da Ray”) e edições especiais/comemorativas (como a seção de julho de 1980, voltada inteiramente à visita do Papa João Paulo II à Belém do Pará).

Importante também destacar que, a criação da *Gazeta do Interior* ocorreu em um contexto de modernização da imprensa no Brasil, especialmente durante o processo de transição política rumo à democracia, o que gerou transformações significativas no setor jornalístico-impresso, com a incorporação de novos equipamentos tecnológicos e a diversificação das publicações e dos públicos leitores (Abreu, 2002). Como sintoma desse movimento, destaca-se a filiação da *Gazeta do Interior* à *Associação Brasileira dos Jornais do Interior* (ABRAJORI), criada por Mário Gusmão com objetivo de atender, sobretudo, jornais fora do eixo Rio-São Paulo em questões técnicas, empresariais e relativas à própria liberdade de imprensa, que se tornava discurso central na defesa de diversos jornalistas no país (Brito; Pedreira, 2009).

Isso ajuda a explicar o jogo de interesses sociais, políticos e econômicos, de certo modo comuns, estabelecidos por jornalistas que buscavam viver do ofício no interior do estado. Filiado a uma associação que defendia explicitamente a liberdade de expressão e que tecia críticas diretas ao governo militar, Carlos Araújo não passava alheio a essa perspectiva, pois mesmo sem termos identificado matérias específicas que discutiam sobre censura na imprensa durante o governo militar, o jornalista afirmava que seus periódicos surgiram “sem a cicatriz da fase de desmoralização pela qual passou a imprensa brasileira, privada de liberdade de expressão, em plena abertura democrática” (Costa, 1981, p. 1).

³ Como as amplas matérias e artigos de opinião sobre os resquícios dos partidos políticos ARENA e MDB no interior paraense que ocupavam boa parte das páginas, as dúvidas e receios do pluripartidarismo que entrava na cena política paraense, debates acerca dos candidatos ao cargo de vereador e prefeito no município de Castanhal e arredores, e nos textos voltados a analisar as ações e resquícios do governo militar no Pará e interiores. Essas matérias sempre estampavam as primeiras páginas, sendo as “vitrines” das edições.

A Castanhal urbana de 1960 a 1980: um “município modelo”?

Para compreender a construção discursiva formulada pela *Gazeta do Interior* à vila do Apeú, é necessário observar também o próprio contexto urbano de Castanhal no período. A abertura da rodovia Belém-Brasília, em 1960, atravessando o centro do município, redesenhou sua geografia e fortaleceu seu papel econômico na região nordeste do Pará. A facilidade de escoamento de mercadorias e os incentivos políticos à instalação de indústrias fomentaram um setor terciário ainda frágil (Becker, 1982; Conceição; Oliveira, 2002), mas consolidaram um discurso de crescimento acelerado.

Inserida nesse processo, Castanhal passou a ser conceituada como “a cidade que mais cresce no Pará” e “município modelo”, expressões amplamente utilizadas por governantes, pelo setor empresarial e pela imprensa regional para destacar o município como polo urbano de suma importância comercial no nordeste paraense (Barros, 2014). Entre as indústrias mais celebradas estavam a Companhia Têxtil de Castanhal (CTC) e a Indústria de Produtos Alimentícios (IPA) – Hiléia, ambas citadas como símbolos do progresso municipal.

Os signos desse suposto desenvolvimento também se refletiam nas intervenções urbanas, como a criação de bairros planejados – a exemplo do bairro da estrela, idealizado em 1960 –, o alargamento da avenida Barão do Rio Branco, em 1972, após a demolição da antiga estação ferroviária e o aterramento de igarapés para a construção de vias de rodagem na década de 1970. Tais ações não apenas alteraram a paisagem física do município, mas configuraram processos evidentes de antropização, na medida em que reorganizaram elementos naturais e marcos históricos em função de um projeto urbano orientado pelo ideário desenvolvimentista.

Podemos classificar que o contexto dos rios, igarapés e áreas florestadas deixavam de ser percebidos prioritariamente por seus usos sociais e culturais para serem incorporados à lógica da expansão urbana, assim, aproximando-se daquilo que Antonio Diegues (2008) identifica como uma concepção moderna de progresso que tende a subordinar a natureza aos projetos de desenvolvimento. Essas transformações atravessaram diversas gestões municipais ao longo da segunda metade do século XX mantendo um traço em comum: a forte apropriação discursiva da imagem de Castanhal como pequena capital do nordeste paraense. Na gestão de Almir Lima (1977-1982), por exemplo, intensificaram-se as políticas consideradas “modernas” para o município, como a criação das secretarias de economia e planejamento, além da implantação do ensino superior em Castanhal.

Em 1982, no cinquentenário de Castanhal, Almir inaugurou o novo centro administrativo – atual sede do monumento do Cristo Redentor – como símbolo máximo das transformações urbanas. Termos carregados de positivities, como “avanço”, “progresso”, “crescimento”, “dinamismo”, “garbo”, “civismo”, “marco” e “modernização”, transformavam-se em uma linha discursiva intensa presente na gestão do prefeito nesse período. Novos espaços urbanísticos, articulados a políticas de reestruturação administrativa, eram salientados como exemplos concretos de sustentação ao discurso de progresso do local, reforçando uma narrativa em que a intervenção sobre o espaço aparecia como condição necessária para a modernidade. E a recorrência desse vocabulário revela que o progresso era apresentado como processo linear e inevitável, ocultando as tensões sociais e ambientais inerentes às intervenções sobre o território⁴.

Entretanto, por trás da narrativa triunfalista, havia contradições marcantes, como a primeira greve organizada por professores no município – liderada por docentes mulheres – e a revolta popular motivada pela morte do jovem Carlos Alberto Costa Rodrigues, ambas ocorridas nos anos de 1980. Essas manifestações sociais tensionaram a imagem de uma Castanhal em constante progresso urbano e foram severamente combatidas pelos órgãos policiais do estado e do município (Barros, 2020). Assim, a antropização do espaço urbano não se deu de forma consensual, mas esteve imersa em disputas sociais e políticas que revelam as contradições do modelo propagado.

Argumenta-se, portanto, que a matéria da *Gazeta do Interior* sobre o centenário do Apeú, publicada em 1983, foi fortemente influenciada por essa perspectiva desenvolvimentista de Castanhal. O texto jornalístico constrói uma narrativa na qual as raízes históricas da vila são reinterpretadas como parte de um avanço rumo à modernização, em espelhamento ao percurso urbano e simbólico do município que lhe daria sustentação.

As matérias de aniversários dos municípios, construídas pelos periódicos de Carlos Araújo, são permeadas de elogios a essas transformações aplicadas ao centro urbano castanhalense, chegando a utilizar constantemente o termo “cidade modelo” para destacar Castanhal como importante polo do nordeste paraense. O Apeú, quando citado pelo jornal, aparecia frequentemente envolto nos acontecimentos políticos, sociais e culturais de Castanhal,

⁴ As contribuições do geógrafo Luciano Candiotti oferecem um importante aprofundamento teórico ao demonstrar que o território não deve ser compreendido apenas como suporte teórico das atividades humanas, mas como resultado de relações históricas, econômicas, culturais e políticas que se materializam no espaço. Ao dialogar com a Geografia e a Ecologia Política, o autor afirma que “o território expressa relação direta entre poder e sua configuração e materialização espacial” (Candiotti, 2016, p. 614).

visto como grande orquestrador do progresso que haveria de alcançar a vila. Na perspectiva histórica construída por Carlos Araújo, enquanto Castanhal teria concretizado, quase que de forma predestinada, o seu progresso, o Apeú carregava o fardo de ser um projeto de colonização fracassado nos finais do século XIX – cicatriz que buscava ser estancada por meio de sua maior integração urbano-comercial com Castanhal naquele presente dos anos de 1980⁵.

Essa leitura estabelece uma hierarquização simbólica entre os dois espaços, na qual o município aparece como modelo acabado de modernização, ao passo que a vila surge como território em déficit histórico, dependente da incorporação ao dinamismo urbano castanhalense. Ao reorganizar o passado sob essa lógica evolutiva, a narrativa não apenas interpreta a história local, mas a direciona para um horizonte de progresso entendido como inevitável, contribuindo para legitimar discursivamente a transformação do espaço como destino desejável para o Apeú.

De núcleo colonial a vila urbana: um Apeú para o progresso?

“A História de Apeú está diretamente fixada, na sua fase mais recente, à História de Castanhal” (*Gazeta do Interior*, 1983, p. 4). Assim, Carlos Araújo inicia seu texto comemorativo ao centenário apeuense, intitulado “SÍNTESE DA HISTÓRIA DA VILA DE APEÚ”, destacando ligações históricas intrínsecas entre esses dois espaços, vistos pelo autor quase em sintonia estrutural⁶. Exemplo desses diálogos entre vila e município é o texto intitulado “Apeú não paga imposto”, publicado em 1980 no *Jornal do Interior*, onde enfatizava-se que “os moradores daquela pacata vila” (*Jornal do Interior*, 1980, p. 7) estranhariam a cobrança das taxas da Secretaria de Planejamento de Castanhal, destinadas ao levantamento cadastral da vila no suporte administrativo municipal.

⁵ Sintoma ainda mais evidente da defesa de Carlos Araújo à narrativa de desenvolvimento urbano castanhalense é o seu livro *Epopéia de um povo*, publicado em 1981, com o objetivo de apresentar um panorama da história de Castanhal, desde seu período como núcleo colonial da EFB nos finais do século XIX, até seu presente na década de 1980. Na obra, o jornalista interpreta aquele presente como marco histórico para o município, entendido como a concretização do projeto desenvolvimentista almejado desde os colonos nordestinos que trabalharam na estrada de ferro de Bragança, que cortava a antiga colônia e vila de Castanhal.

⁶ Importante destacar também que, o olhar castanhalense de desenvolvimento sobre a vila não era exclusivo dos jornais de Carlos Araújo. Outros periódicos do município também divulgavam a integração da área industrial do Apeú a Castanhal na década de 1980, reforçando um aparato comunicacional que, embora não homogêneo, compartilhava perspectivas urbanas semelhantes. Exemplo disto, é a constante divulgação que o jornal *Novo Horizonte*, dirigido por Joaquim Amoras Castro, realizava sobre o processo de integração da região industrial do Apeú a Castanhal na década de 1980. O projeto da gestão municipal na época visava aumentar os limites territoriais de Castanhal para dinamizar as relações comerciais e sociais entre a vila e o município. Nos finais da década de 1979 e início de 1980, a gestão de Almir Lima foi uma das mais significativas no processo de interligação urbano-comercial entre Castanhal e Apeú. Além de levar os suportes administrativos municipais para a vila, seu objetivo era de estreitar os laços geográficos entre ambos através de uma série de aparatos comerciais, como o estabelecimento de novas indústrias por meio da doação de lotes de terras na BR-316, próximo ao Apeú.

O *Jornal do Interior*, fundado também por Carlos Araújo em 1980, funcionava como extensão da *Gazeta do Interior*, cobrindo principalmente acontecimentos políticos do interior paraense. A diferença residia em sua abordagem mais descentralizada em relação a Castanhal e em maior destaque conferido a outros municípios. Nele, Carlos Araújo já construía textos comemorativos semelhantes ao centenário do Apeú publicado em 1983, como nas matérias de aniversário de Maracanã e Tomé-Açu, ambas de 1980.

Em “Maracanã: sua história, sua lenda”, o município é apresentado entre passado e presente: das referências aos primeiros povos indígenas às margens do rio Maracanã ao destaque dado aos elementos que singularizariam seu desenvolvimento urbano. O texto comemorativo é acompanhado por imagens de espaços históricos, como o antigo prédio da associação de pescadores e a igreja secular, ao lado de registros das transformações urbanas do presente, como o mercado municipal, a quadra de esportes e a praça da matriz. Para o periódico, “o progresso de Maracanã não é ligeiro, mas é seguro. E o povo começa a confiar nos seus destinos” (*Jornal do Interior*, 1980, p. 7).

Figura 1 - Matéria comemorativa ao município de Maracanã



Fonte: *Jornal do Interior* (1980).

Os vinte e um anos do jovem município de Tomé-Açu, comemorados nessa mesma década de 1980 pelas lentes da edição especial do *Jornal do Interior*, também é visionado sob perspectiva ufanista. O periódico parte da mesma linha discursiva de desenvolvimento urbano do espaço, dos tempos difíceis de quando o local pertencia ao município de Bujarú até 1959, à sua emancipação político-administrativa junto a transformação comercial através do projeto de inserção da comunidade japonesa no local, que teria transformado Tomé-Açu em “um dos dez mais importantes dos 84 municípios paraenses e no maior produtor de pimenta-do-reino de toda a América do Sul” (*Jornal do Interior*, 1980, p. 1). É nesse embalo que o município é visto com fortes tons de progresso, carregados com textos em títulos chamativos como “Meio século de evolução” e “Tomé-Açu, o município do futuro” (*Jornal do Interior*, 1980, p. 2-8).

Figura 2 - Edição comemorativa ao município de Tomé-Açu



Fonte: *Jornal do Interior* (1980).

O Apeú, nas letras da *Gazeta do Interior*, não foge a essas construções discursivas pensadas para edições especiais de aniversário. A matéria foi publicada em 1983, durante o primeiro mandato de Paulo Sérgio Rodrigues Titan, gestor que foi duramente criticado pelas páginas do jornal no seu período eleitoral e durante a sua governança em Castanhal naquele ano. Diferente das constantes críticas negativas feitas ao ex-prefeito, o texto do periódico parte

de um acontecimento político do seu presente para interligar determinadas ações administrativas da gestão municipal de Titan a um passado histórico da vila:

Hoje atribui-se a Apeú, mediante Lei Municipal proposta por um vereador e aprovada por unanimidade, a idade mínima de 100 anos! Tem-se aberto, com isso, uma discussão em torno do assunto especialmente em relação a data: 06 de julho! A verdade é que o prefeito Paulo Titan, como tinha planos para implantar melhorias no Apeú, aproveitou a disposição da Câmara Municipal e mandou celebrar uma festa na qual entregará ao povo apeuense uma série de obras – a maioria delas no setor viário e urbanístico (Gazeta do Interior, 1983, p. 4)

Carlos Araújo utiliza-se desses acontecimentos contemporâneos para construir seu texto comemorativo em torno das transformações urbanas que aconteceriam no local naquele ano, organizando historicamente essas ações dentro de uma lógica de progresso. O jornalista chega a citar, em alguns momentos, determinados moradores do Apeú que buscaram interpretar a história daquele local vinculando-a a vivências pessoais e de familiares que habitavam a região. O comerciante e industrial Braz Amaral destacava “que a origem da Vila do Apeú é anterior a Castanhal”, citando como exemplo os “seus avós que já moravam no lugar muito antes da chegada da Estrada de Ferro de Bragança”. Outro constantemente citado, era o comerciante “próspero e de muito prestígio” José Martins, sendo um dos poucos apeuenses que “sabem contar a história daquela vila” (Gazeta do Interior, 1983, p. 4).

Junto aos breves relatos de experiências apeuenses, boa parte do texto comemorativo do periódico é, na verdade, uma longa citação direta, devidamente referenciada, do livro *A Estrada de Ferro de Bragança: visão social, política e econômica* do historiador Ernesto Cruz, publicado em 1955 e voltado a divulgar e propor os grandes aspectos políticos, sociais, econômicos, culturais e geopolíticos da região amazônica (Tutyia, 2023). Na citação exposta por Carlos Araújo, destaca-se um texto mais técnico, voltado a expor leis específicas de desapropriação de terras e na elevação do Apeú de povoado a vila, ambas na passagem dos séculos XIX ao XX. O texto também cita a chegada dos trilhos da EFB na região nos finais do século XIX, e a tentativa governamental de colonização europeia por famílias açorianas destinadas ao local, pois eram tidos como ótimos agricultores pela província paraense do período⁷.

⁷ O projeto de colonização açoriana no século XIX, na verdade destinou-se a colônia intitulada Araripe (hoje Vila de Americano), que na época era chamada de *Apehú* em boa parte das documentações referentes a tentativa de colonização açoriana no século XIX. Como no texto de Ernesto Cruz não há explicita uma diferenciação mais geográfica entre *Apehú* (como vila do Apeú hoje) e Araripe (vila de Americano), acreditamos que Carlos Araújo imaginava ser o projeto de colonização açoriana no local onde hoje é a vila do Apeú. Essa era uma confusão

Todo o contexto histórico do texto jornalístico é reescrito, então, de forma literal e dialógica com o livro de Ernesto Cruz, que salientava também (com pequenas modificações) o fracasso da colonização açoriana no século XIX, e o sucesso no estabelecimento de migrantes cearenses no núcleo colonial apeuense já no início do século XX. O texto encerra-se indicando que, além do conteúdo referente ao texto de Ernesto Cruz, “outros fatos estão sendo coligidos pelo organizador deste artigo para posterior publicação, em forma de livro, dando uma visão mais ampla da HISTÓRIA DO APEHÚ”⁸ (Gazeta do Interior, 1983, p. 5).

Em diálogo ao texto, observa-se também como são construídos o conjunto imagético-fotográfico e o aparato comercial-propagandístico da matéria, elementos que consideramos essenciais para a construção discursiva do jornal. As imagens são vistas aqui, inicialmente, como uma espécie de fotoilustração (Baeza, 2001) que combina, através de colagens, imagens do passado e do presente para se relacionar com o texto de forma dialógica ao discurso de desenvolvimento urbano que supostamente o Apeú estaria alcançando. Sintoma disso, é a fotografia (sem autoria) da antiga estação ferroviária da vila, inserida ao final da matéria com os dizeres: “A velha Estação Ferroviária da Vila do Apeú, primeiro marco do progresso local” (Gazeta do Interior, 1984, p. 4).

Nesse ponto, a leitura das imagens permite observar um processo de antropização do espaço, no qual a natureza - especialmente o rio Apeú - é progressivamente ressignificada como cenário passivo ou elemento estético, dissociado das práticas sociais, econômicas e culturais que historicamente estruturaram a vida local (Do Nascimento Filho; Lima Nazaré, 2024). Isso reforça aquilo que Diegues (2008) denomina de invisibilização das relações históricas entre populações e natureza, uma vez que o rio deixa de ser apresentado como espaço vivido para tornar-se cenário da modernização anunciada pelo periódico.

Junto às imagens, compreendemos que as empresas comerciais que circundam o texto comemorativo, não são simples apêndices publicitários que divulgam seus produtos, pois seus registros e textos parabenizam a vila do Apeú utilizando constantemente o termo “progresso”

corriqueira nos textos memorialísticos dos castanhalenses estudiosos na década de 1980 que buscavam entender o nascimento do núcleo colonial *Apehú* em conjunto com o de Castanhal. Para saber mais sobre a criação do núcleo colonial Araripe, junto a tentativa de colonização açoriana ao local, e a constante confusão feita com o que hoje é a Vila do Apeú (ambos são separados por cerca de 6km de distância), ver: SANTOS, Francisnaldo Sousa dos. Ações colonizadoras em descompasso: legislação, propaganda e atuação de colonos estrangeiros e nacionais nos últimos anos do império e início da república no Pará. 2016. 184 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2016. Programa de Pós-Graduação em História.

⁸ Não temos informações sobre a publicação do livro específico sobre o Apeú escrito por Carlos Araújo. Ao mapear seu perfil pessoal no site “Clube dos Autores”, criado pelo próprio, não foi identificada qualquer obra sobre a vila do Apeú.

para interligar os antigos suportes ferroviários ao processo de transformação urbana que chegava à vila, salientando assim aquele presente de 1984 como um ponto de chegada para o cumprimento do progresso apeuense, onde o passado o buscava insistentemente⁹.

Figura 3 - Matéria comemorativa ao Apeú



Fonte: Gazeta do Interior (1983).

Todo esse conjunto discursivo, centrado no aniversário apeuense, não se limita somente a essas páginas voltadas ao texto histórico da vila. Na página seguinte da mesma edição, o destaque agora é centrado ao presente de 1984, principalmente ao ponto de partida que interpretou o passado do local enquanto núcleo colonial do século XIX, sendo as obras realizadas pelo ex-prefeito Paulo Titan no Apeú naquele ano. O título sinalizava a vila como corpo constituinte do município, salientando assim “as obras que transformarão Apeú em

⁹ A empresa Baena & Castro sinalizava “uma nova fase de progresso para o povo apeuense! Aos 100 anos, cada vez mais jovem!”; A Braz Amaral – Etc e Cia. Ltda não ficou de fora dessa linha discursiva ao destacar que “a meta de um povo é atingir progresso. parabéns, Apeú, pela sua nova fase de desenvolvimento”; a Viação Aveirense também desejava “muito progresso a vila de Apeú que completou o seu centenário”; já a Pró-Limpo fazia questão de relacionar o Apeú a Castanhal, destacando-o como “pioneiro castanhaleense, representado pelo povo de Apeú que completa os seus 100 anos” (Gazeta do Interior, 1984, p. 4).

orgulho castanhalense” (Gazeta do Interior, 1984, p. 6). O texto, junto às imagens que compõem a matéria, dialogam entre si na busca por demonstrar as modificações urbanas que estavam acontecendo na vila:

Uma atividade intensa se nota, hoje, na Vila Distrital de Apeú. Todas as suas ruas estão recebendo aterro, praças estão sendo construídas, sistema de esgotos está sendo construído, numa mobilização total do setor de obras da Prefeitura que pretende implantar uma profunda modificação naquela localidade. Várias obras estarão sendo inauguradas no dia de hoje, em função dos festejos alusivos ao aniversário de fundação (?) de Apeú... (Gazeta do Interior, 1984, p.6)

A maneira como as imagens, que agora entendemos estar mais próximas da fotojornalismo (Monteiro, 2016), são esquematizadas nessa página dizem muito sobre as intencionalidades pouco transparentes da linha discursiva do jornal. Todas elas possuem uma breve legenda, a não ser a primeira: uma imagem da orla do Apeú, banhada pelo rio do mesmo nome, com crianças e adultos à sua margem. O rio aqui parece ser visto em perspectiva naturalista, como se não necessitasse de legenda, pois é um portão de boas-vindas a apresentação do lugar para o público leitor através de um elemento inato à constituição social do local. Essa naturalização acaba por apagar as múltiplas formas de apropriação social do rio, reduzindo-o a elemento paisagístico que antecede as obras urbanas, quando, historicamente, ele já constituía parte fundamental da organização espacial e das experiências cotidianas da vila.

Essas ações efetuadas na década de 1983, são sinalizadas nas páginas do periódico de forma a demonstrar as interações entre a figura humana e a natureza local, sem abordar as contradições que esse processo poderia causar na vila. Assim são descritas: “A implantação de tubos foi recebida como novidade”; “As máquinas não param...”; “A Praça Raimundo Felipe Santiago (construída em 81 por Paulo Titan)”; “Apeú Industrial e Comercial Ltda, de mão dadas com o futuro da Vila de Apeú” (Gazeta do Interior, 1984, p. 6).

Esse diálogo simbólico e material revela como os discursos desenvolvimentistas de Castanhal buscavam enquadrar o Apeú em uma progressão histórica, isto é, da rusticidade colonial à modernização urbana. As matérias comemorativas da *Gazeta do Interior* (e não o jornal em sua completude) apresentam-se como uma espécie de “quebra-cabeça” para a compreensão do cotidiano do passado (Figueiredo, 2005), conferindo lastro histórico a determinadas percepções discursivas de progresso que permeavam a região na segunda metade do século XX.

Figura 4 – Matéria comemorativa ao Apeú (2)



Fonte: Gazeta do Interior (1983)

Entendemos que a construção discursiva do periódico se estabelece por relações de poder cidadinas que têm a vila como alvo de transformação. A relação entre espaços marcados por aspectos florestais constituintes das interações sociais de seus moradores (Apeú) e elementos urbanos mais efervescentes (Castanhal), fatores históricos contundentes estabelecidos no nordeste paraense, não é vista aqui de maneira passiva e hierárquica, nem por parte dos moradores locais que receberam os discursos e as ações de modificação da vila, nem da gestão municipal e do jornal que realizou a divulgação e a construção textual.

A complexidade das transformações de vilas da Amazônia brasileira em seu contexto urbano no século XX – especialmente no Pará (Trindade Junior, 2021) –, aliada às relações governamentais e às dimensões do vivido nas pequenas e médias cidades amazônicas (Oliveira, 1999), constantemente visualizadas como espaços a serem modificados, leva-nos a questionar qualquer processo de homogeneização ou de transposição passiva dessas relações de poder, dadas as diferentes interações sociais estabelecidas entre espaços com configurações específicas, mas que se interconectam de forma contínua.

Nesse sentido, é importante perceber que na matéria comemorativa, por exemplo, não temos informações de como os moradores apeuenses assimilaram essas transformações urbanas em 1983, pois estes, quando são acionados nestes textos específicos, aparecem apenas como meros receptores passivos dos remodelamentos paisagísticos e estruturais que aconteciam no local. Essa ausência de vozes locais reforça a leitura da antropização como um processo conduzido “de cima para baixo”, centrado nas ações governamentais e nos discursos de progresso urbano, sem considerar os sentidos atribuídos pelos próprios moradores às modificações espaciais.

Ao mesmo tempo, os jornais de Carlos Araújo não divulgavam somente os discursos ufanistas das transformações urbanas que atingiam o município e as regiões aos arredores. Se analisarmos as edições publicadas, naquela década de 1980 em diante, encontramos vários textos que abordavam a faceta da pobreza no município, e é aí que os moradores locais surgem nessas páginas com mais intensidade como forma de denúncia, mesmo que intermediados pelas matérias jornalísticas¹⁰. As matérias comemorativas de aniversário eram os vetores culturais acionados para interligar determinado passado dos locais ao seu presente de modernização urbana, e onde as maiores contradições sociais e ambientais dessas transformações eram desconsideradas.

Assim como a própria Castanhal foi perdendo diversos de seus elementos ligados a aspectos florestais em seu processo de urbanização – como a derrubada de mangueiras históricas na principal avenida do município, em 1960, e o aterramento de parte de seus igarapés na década de 1970 –, o Apeú também começava a sofrer ações semelhantes, sobretudo nas áreas próximas a sua região industrial. A antropização, portanto, manifesta-se em duas dimensões articuladas: material, nas obras e modificações da fisionomia local; e simbólica, na narrativa que legitima tais mudanças como inevitáveis e positivas. Ao silenciar conflitos sociais, tensões ambientais e possíveis resistências locais, o discurso comemorativo constrói uma linearidade histórica em que o passado é reinterpretado como etapa preparatória para a modernização, e o presente urbano surge como culminação desejável.

Ao mesmo tempo, é importante também reconhecer como essas ações de modificação no espaço apeuense produziram novas maneiras de sociabilidade na vila, vinculando assim

¹⁰ Como exemplo, em “a Castanhal que JP não viu”, matéria publicada em maio de 1981 durante a visita do senador Jarbas Passarinho em Castanhal naquele ano, há uma ampla reportagem que expõem as condições precárias que vários moradores dos bairros “Novo” e “Milagre” sofriam, como falta de saneamento básico, desemprego, moradia, e o não acesso dos filhos às escolas. Na matéria, vários rostos dos moradores desses bairros aparecem junto a entrevistas realizadas pelo jornal, todas em tom de denúncia e apelo às autoridades locais.

elementos da urbanização com modos de apreensão do local que não se cristalizam a uma natureza intocável e homogênea. Novas maneiras de compreensão e interação com o local começavam a ser estabelecidas, as novas gerações se relacionavam agora com uma vila urbanizada, com outros aparatos referenciais que não o seu rio característico, não deixando assim de ser o mesmo Apeú em suas múltiplas contradições e facetas, podendo haver vários grupos sociais de moradores locais que se beneficiavam diretamente da nova vila que começava a ganhar uma nova roupagem.

Esses processos podem, assim, ser compreendidos como formas históricas de antropização do espaço, nas quais a urbanização, legitimada por discursos desenvolvimentistas e amplificada pela imprensa interiorana, produziu impactos ambientais, culturais e sociais que ainda reverberam no tempo presente, tanto na paisagem física quanto na memória coletiva sobre o que se convencionou chamar de progresso. Mas também, que acabaram criando (ou reproduzindo) novas maneiras de viver e interpretar o que seria o Apeú, local esse que vem demonstrando cada vez mais ser carregado de complexidades sociais e espaciais em seu processo de transformação histórica.

Considerações finais: visualizando o presente

Mais do que registrar as transformações urbanas em curso, a *Gazeta do Interior* contribuía para difundir uma concepção de desenvolvimento associada à expansão das atividades econômicas e à reorganização do espaço. É pensando por esse viés que o periódico também atuava como um agente de legitimação de determinadas formas de apropriação da localidade, até porque a intervenção sobre a natureza era apresentada como uma condição para o progresso. E essa leitura aproxima-se da reflexão que Enrique Leff (1998) compreende de que as relações entre sociedade e natureza são historicamente orientadas por racionalidades econômicas e políticas que atribuem sentidos específicos ao uso e à transformação do espaço.

No centenário da vila do Apeú, comemorado pelas letras de Carlos Araújo através da *Gazeta do Interior*, tanto Castanhal (o responsável por levar modificações urbanas à vila) quanto o Apeú (o lócus que começava a se interligar mais intensamente com seu município sede) são representados em parciais objetivas. As múltiplas territorialidades, os moradores, as desigualdades e as “cidades dentro da cidade” (Fenelon, 1999; Pechman, 1994) deveriam ser enquadradas, principalmente, nas ações e projetos da gestão municipal e suas políticas de urbanização do espaço.

O presente delimitado pelo discurso jornalístico, acaba por delimitar também o passado reinterpretado. A história do Apeú é evocada a partir de seus processos colonizatórios vinculados à Estrada de Ferro de Bragança (EFB), em diálogo com o livro de Ernesto Cruz, centrado nas iniciativas provinciais de delimitação social e espacial do local. Fora dos círculos governamentais, os moradores apeuenses e os sentidos que imprimiam ao local, já no período de chegada dos trilhos na região, como os festejos culturais, as interações sociais estabelecidas com o rio junto a locomotiva, e a disputa por terras já muito características naquela vila (Esteves, 2021; Lacerda, 2006), acabam não ganhando as páginas comemorativas do periódico.

Projetos culturais envolvendo exposições de arte, música e dança, junto a pesquisas acadêmicas em variados campos disciplinares têm buscado, no tempo presente, interpretar e lançar novas narrativas históricas ao Apeú (Sales, 2025; Silva, 2019), considerando as interações sociais dos moradores locais, e não mais somente os aparatos governamentais que visualizavam a vila em uma constante perspectiva exploratória ou paradisíaca, essa segunda como uma espécie de lugar de refúgio para a vida comercial acelerada experienciada em Castanhal.

Um exemplo significativo desses novos projetos culturais de interpretação histórica da vila atrelada ao seu presente é o cinema local. Filmes produzidos por apeuenses e castanhalenses têm buscado destacar a diversidade do Apeú através dos variados sentidos que os moradores daquela vila atribuem ao local, além de também serem vetores de denúncia ao avanço desgovernado da urbanização do espaço e seus arredores. Sintoma disso, são os curtas-metragens: *Apeú - Em Cantos eu Conto* (2011) de Ronildo Carvalho; *Patacori Ogum* (2016) de Riceles Costa; *Apeú e Marcelão: Trança de Arte e Memória* (2021) de Kauê Bentes; *Folia dos Reis do Apeú* (2025) de José Victor; *O Baú da Pirralha* (2025) de Edivaldo Moura.

Apeú e Castanhal, historicamente vinculados aos núcleos coloniais da estrada de ferro, mantiveram – antes e depois dos trilhos – relações profundas com os rios que nomeiam e estruturam suas espacialidades. Contudo, ao longo da segunda metade do século XX, esses elementos fluviais tornam-se cada vez menos centrais nas representações jornalísticas, substituídos por símbolos urbanos associados ao progresso. Acreditamos assim que este trabalho também evidencia muitos dos desafios ambientais e socioculturais enfrentados pelo Apeú no presente, como a preservação do rio, os remodelamentos urbanos acelerados, a perda de práticas culturais ligadas a elementos florestais – como as ações de cura realizadas por benzedadeiras – e a intensificação da especulação imobiliária.

Todos esses aspectos, já bem discutidos na comunidade local apeuense, não são fenômenos isolados ou recentes. Eles resultam de processos históricos de antropização consolidados ao longo do século XX, especialmente por meio de políticas urbanas e de discursos produzidos e difundidos pela imprensa interiorana, em diálogo direto com o projeto urbano de Castanhal. Ao analisar essas narrativas, procuramos contribuir para uma compreensão mais ampla das relações entre imprensa, urbanização e transformação do espaço no nordeste paraense, não limitando a discussão, mas chamando a atenção para novos estudos que apreendam o Apeú em suas múltiplas formas de (re)existências ao longo do tempo.

Jornais impressos

COSTA, Carlos Alberto de Araújo. **Uma janela no tempo**. Introdução à encadernação dos jornais “Jornal de Castanhal”, “Gazeta do Interior”, “Jornal do Interior” e “Jornal do Pará” (1978-1980). Belém, 19 de agosto de 1981.

Gazeta do Interior. Ano VI – nº 60. Castanhal, 06 de julho de 1963.

Jornal do Interior. Ano II – nº 25. Castanhal, 28 de maio de 1980.

Jornal do Interior. Ano II – nº 28. Castanhal, 06 de agosto de 1980.

Jornal do Interior. Ano II – nº 29. Castanhal, 01 de setembro de 1980.

Referências

ABREU, Alzira Alves de. **A modernização da imprensa** (1970-2000). 1ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BAEZA, Pepe. **Por una función crítica de la fotografía de prensa**. 1ª ed. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2001.

BARROS, José D'Assunção. **O jornal como fonte histórica**. 1ª ed. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2023.

BARROS, Osimar da Silva. **“Foi algo que nunca aconteceu”**: por uma história social de Castanhal (1978-1987), 2020. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2020.

BARROS, Osimar da Silva. **A “cidade modelo”**: reforma urbana, conflitos sociais e o discurso de progresso em Castanhal (1960-1987). 2014. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2014.

BECKER, K. Bertha. **Geopolítica da Amazônia**: a nova fronteira de recursos. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

BRITO, Judith; PEDREIRA, Ricardo. **A força dos jornais: os 30 anos da associação de jornais no processo de democratização brasileiro**. 1ª ed; São Paulo: Associação Nacional de Jornais (ANJ), 2009.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa. Ecossistemas brasileiros: degradação e potencialidades. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 13, n. 32, p. 603 - 630, set./dez. 2016. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/1008>. Acesso em: 30 de mar. 2026.

CASTRO, Edna. A questão urbana na Amazônia. In: Pará, Secretaria de Estado de Educação. **Estudos e problemas amazônicos: história social e econômica e temas especiais**. 1ª ed. Belém: Idesp, 1989. Cap. 3, p. 165-176.

COELHO, Geraldo Mártires. **Letras & baionetas: novos documentos para a história da imprensa no Pará**. 1ª ed. Belém: Cultural CEJUP, 1989.

CONCEIÇÃO, Maria de Fátima; OLIVEIRA, Aline Reis de. Políticas agrárias e estrutura fundiária na zona bragantina: Nordeste Paraense. In: GUZMÁN, Décio de Alencar; NETO, José Maia Bezerra. **Terra Matura**. 1ª ed. Belém: Paka-Tatu, 2002. Cap. 3, p 114-130.

CRUZ, Ernesto. **A estrada de ferro de Bragança: visão social, econômica e política**. 1ª ed. Belém: Setor de coordenação e divulgação (SPVEA), 1955.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. NA OFICINA DO HISTORIADOR: CONVERSAS SOBRE HISTÓRIA E IMPRENSA. **Projeto História**, São Paulo, v. 35, n. 2, dezembro de 2007. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2221>. Acesso em: 4 fev. 2026.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. 6ª. Ed. Ampliada – São Paulo: Hueiteee: Nupaub-USP/CEC, 2008.

DO NASCIMENTO SILVA, Gleibson; LIMA NAZARÉ, Mailson. Impactos das ações antrópicas na história ambiental da bacia hidrográfica do rio Apeú. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar**. v. 5, n. 4, abril de 2024. Disponível em: <https://recima21.com.br/recima21/article/view/4117>. Acesso em: 3 fev. 2026.

ÉGLER, Eugênia Gonçalves. A zona bragantina no estado do Pará. **Revista Brasileira de Geografia**. Pernambuco, v. 23, n. 3, julho/setembro de 1961. Disponível em: <http://observatoriodageografia.uepg.br/s/ogb/item/75138>. Acesso em: 13 nov. 2025.

ESTEVES, Carlos Leandro. Posse, propriedade e conflitos em terras do Apeú: considerações sobre um litígio de terras entre posseiros no Pará nas primeiras décadas da república (1895-1905). **História (São Paulo)**, São Paulo, v. 40, n. 1, julho de 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/his/a/sXJGwpVtQNwcpCVrRPVmmNR/?lang=pt>. Acesso em: 14 nov. 2025.

FENELON, Déa Ribeiro (org.). **Cidades**. 1ª ed. São Paulo: Olho d'Água, 1999.

FERNANDES, José Guilherme dos Santos; SANTOS, Adriano Madureira dos; SERUFFO, Marcos César da Rocha. Indicadores Antrópicos: Estudo comparativo para a sustentabilidade

na Amazônia. **Novos Estudos**. II CEBRAP, São Paulo, v. 43, n. 1, jan. – abr. de 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/n5pFsjr7Ztj6Nn66Vp8Trq/?lang=pt>. Acesso em: 16 fev. 2026.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Páginas antigas: uma introdução à leitura dos jornais paraenses, 1822-1922. **Revista Interdisciplinar Margens**, Belém, v. 2, n.3, abril de 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/3040>. Acesso em: 14 nov. 2025.

FONTES, Edilza Joana. O golpe civil-militar de 1964 no Pará: imprensa e memórias. **OPSIS**, Catalão, v. 14, n. 1, outubro de 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/Opsis/article/view/28641>. Acesso em: 14 nov. 2025.

HARDMAN, Francisco Foot. **Trem fantasma**: a modernidade na selva. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

LACERDA, Franciane Gama. “Reclamações do povo”: luta por direitos na cidade, seringais e núcleos coloniais da Amazônia brasileira (séculos XIX e XX). **Projeto História**, São Paulo, v. 33, n. 1, dezembro de 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2284>. Acesso em: 14 nov. 2025.

LACERDA, Franciane Gama. Uma "artéria necessária" para o progresso: a estrada de ferro de Bragança (Pará – 1883-1908). **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, Rio Grande, v. 10, n. 19, agosto de 2018. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10747>. Acesso em: 13 nov. 2025.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental**: sustentabilidad, racionalidad, complejidad, poder. 4. ed. México: Siglo XXI Editores, 2004.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes históricas**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008. Cap. 4, p. 111-153.

MONTEIRO, Charles. História e fotojornalismo: reflexões sobre o conceito e a pesquisa na área. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 8, n. 17, junho de 2016. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/23288>. Acesso em: 14 nov. 2025.

MUNIZ, João de Palma. **Imigração e colonização**: história e estatística (1616-1916). 1ª ed. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1916.

NUNES, Francivaldo Alves. **Benevides**: uma experiência de colonização na Amazônia do século XIX. 1ª ed. Rio de Janeiro: Corifeu, 2009.

OLIVEIRA, J. A. As pequenas cidades amazônicas: espaços perdidos e reencontrados. In: DAMIANI, Amélia Luísa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **O Espaço no fim do século**: a nova raridade. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 1999, Cap. 4, p. 199-213

PECHMAN, Robert Moses (org.). **Olhares sobre a cidade**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

PENTEADO, Antonio Rocha. **Problemas de colonização e de uso de terra na região bragantina do estado do Pará**. 1º vol. Belém: Universidade Federal do Pará, 1967.

PETIT, Pere. **Chão de promessas**: elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964. 1ª ed. Belém: Paka-Tatu, 2003.

PETIT, Pere. Jornais de Belém e as disputas político-eleitorais no Pará (1889-1992). In: QUEIRÓS, César Augusto. **História impressas**: imprensa e periodismo na região norte (1930-1988). Manaus: Valer, 2022, Cap. 9, p. 187-214.

SALES, Luciana Silva. **Nos caminhos dos trilhos**: o solar dos martins na vila do Apeú (PA). 2025. Dissertação (Mestrado), Programa de pós-graduação em Diversidade Sociocultural, Museu Paraense Emílio Goeldi, Coordenação de Ciências Humanas. Belém, 2025.

SANTOS, Francisnaldo Sousa dos. **Ações colonizadoras em descompasso**: legislação, propaganda e atuação de colonos estrangeiros e nacionais nos últimos anos do império e início da república no Pará. 2016. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Pará. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2016.

SILVA, Antonielly Oliveira da. **O rio apeú e o sentido de lugar**: vila do Apeú, Castanhal/PA. 2019. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia, Universidade Federal do Pará – Campus Castanhal, Castanhal, 2019.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. **Vilas e cidades da Amazônia**: paisagens, memórias e pertencimentos. 1ª ed. Belém: Paka-Tatu, 2021.

TUTYIA, Dinah Reiko. **Ernesto Cruz**: um diálogo entre a história e a construção do patrimônio cultural no Pará (1940-1960). 2023. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2023.

ZICMAN, Renée Barata. HISTÓRIA ATRAVÉS DA IMPRENSA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS. **Projeto História**, São Paulo, v. 4, jan/dez de 1985. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12410>. Acesso em: 14 nov. 2025.